



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FÁBIO GIORGIO SANTOS AZEVEDO

TECNOLOGIAS DE TRANSMISSÃO CULTURAL:
A EXPERIÊNCIA DA “ESCOLA” DE COMUNICAÇÃO
FUNDAÇÃO CASA GRANDE –
MEMORIAL DO HOMEM KARIRI



Salvador
2005

FÁBIO GIORGIO SANTOS AZEVEDO

**TECNOLOGIAS DE TRANSMISSÃO CULTURAL:
A EXPERIÊNCIA DA “ESCOLA” DE COMUNICAÇÃO
FUNDAÇÃO CASA GRANDE –
MEMORIAL DO HOMEM KARIRI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Sidnei Macedo.

Salvador
2005

À sua memória: vovó Albertina e vovô Hélio,
À sua presença: vovó Idalina e vovô Zé Lino.

Aos meus pais, à minha companheira,
Amigas e amigos, em especial os “comungos”.

Aos meus professores.

A Felipe Serpa,
A Rogério,
Mestres.

Aos autores.

AGRADECIMENTOS

A Luciana, por sua companhia firme e delicada.

A todos os membros da Casa Grande, pela bondosa permissão de minha entrada, em especial: Alemberg, Rosiane, Samara, Alexandre, Mêires, Aureliano, João Paulo, Miguel, Jarmesson, Ronaldo, Rivaldo, Regina, Alane, Jenfte, Samuel, Luís Antonio, Kuta, Luizinho, Aécio, Demontier, Helinho, Jévina, Tontonho, Guilherme, Mariana, Raiane, Valêsca, José, Diassis, Danda, Suelânia, Rocilda, Jacira, Rodrigo, Aline, Policiana, Naninha, “Netin”, Renilda, “Gabi”, Paulo Henrique, Alisson, Wiliam, Augusto, Artur e Murilo.

À dona Alda, dona Francinete e suas filhas, mulheres vigorosas, pela hospitalidade e pelo alimento.

A seo Antônio Maranhão, seo Tetéu, seo Expedito, dona Oscalina e dona Santa, pela gratuidade de suas presenças.

À dona Elzenir, Adriana, Toinha, Karina, Joacy, João Paulo, Thais e Carol, pelo suporte em Fortaleza.

A Alberto e Railda, meus pais; minha avó Idalina e todos os parentes; pela compreensão dos motivos das minhas ausências.

A Wilson, Anselmo, “Carlim” e Lílian, pelas divagações.

A Diego e Viviane, pelas boas impressões (das fotos).

A Daniela e Marcelo, pela leitura atenta.

A Roberto Sidnei Macedo, pela presteza e tranqüilidade com que orientou tantos momentos inesperados durante esta trajetória.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

À World Wild Fund (WWF) e ao Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB) que apoiaram minha primeira visita à Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, do que resultou esta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação buscou investigar as principais tecnologias de transmissão utilizadas pela “escola” de comunicação Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, na formação de crianças e jovens da cidade de Nova Olinda, no interior do estado do Ceará. Inspirada nos pressupostos das pesquisas qualitativas e articulada a reflexões éticas e políticas quanto ao “lugar do pesquisador”, a pesquisa desenvolveu sua metodologia a partir da “imersão” no campo empírico, utilizando, principalmente, a observação participante e o diário de campo como recursos metodológicos. A narrativa da pesquisa foi desenvolvida de modo que pudesse mostrar o percurso do pesquisador, seus impasses na caracterização do “objeto”, a ampliação dos objetivos, e sua reorientação na trajetória de pesquisa. O presente trabalho assinalou a importância da pertinência, temática e metodológica, na constituição de um projeto sócio-educativo: a localização da Fundação Casa Grande numa Área de Proteção Ambiental (APA), a Chapada do Araripe (um dos mais famosos e importantes depósitos paleontológicos do Brasil); bem como a forma gradativa e “despretensiosa” como o projeto foi sendo implantado na cidade de Nova Olinda, através da utilização da mitologia Kariri como *link* de sentido para o aprendizado. Apresentando como pano de fundo analítico duas “visões de mundo” sobre a cultura, a “contratualista” (que toma a “coerção” como base do pacto associativo) e a “institucionalista” (que considera a “convenção” como fundamento das instituições), a pesquisa indicou, através da descrição interpretativa do percurso instituinte da Fundação Casa Grande, e de seu momento atual, algumas causas do seu sucesso como dispositivo sócio-educativo, assim como as ambigüidades da institucionalização. Associando tais “visões de mundo” ao conceito de “transmissão” delineou-se a caracterização da Casa Grande como um “organismo coletivo” que utiliza uma série de estratégias, materiais e imateriais, para fazer durar no tempo a cultura Kariri, entre elas, o uso das tecnologias de informação e comunicação.

Palavras-chave: Educação; Comunicação; Cultura; Transmissão; Tecnologias.

ABSTRACT

This dissertation sought to investigate the main technologies of transmission employed by the “school” of communication Casa Grande – Memorial do Homem Kariri Foundation, in the education of children and youth in Nova Olinda, state of Ceará. Inspired in the principles of qualitative research and articulated to ethical and political reflections on the “positioning of the researcher”, the research developed its methodology departing from the “immersion” in the empirical field, utilizing mainly the participant observation and the field diary as methodological tools. The research narrative was developed in such a way that it could reveal the trajectory of the researcher, his dilemmas in the characterization of the object, the widening of the objectives, and the reorientation of the research trajectory. The present work underlined the importance of thematic and methodological pertinence in the constitution of a socioeducative project: the localization of the Casa Grande Foundation in an environmental protected area (APA), the Araripe Chapada (one of the most famous and important Brazilian paleontological sites); as well as the gradual and unpretentious way in which the project was implemented in Nova Olinda, through the utilization of the Kariri mythology as a link of meaning for the learning process. The research presented as an analytical framework two “world views” on culture, the “contractualist” (which takes the “coercion” as the basis for the associative pact) and the “institutionalist” (which considers the “convention” as the foundation of the institutions). Then, the research indicated, through the interpretive description of the *instituting* trajectory of the Casa Grande Foundation, and of its current moment, some of the causes of its success as a socioeducative dispositive, as well as the ambiguities of the institutionalization process. Associating such “world views” to the concept of “transmission”, it was delineated the characterization of Casa Grande as a “collective organism” that utilizes a set of both material and immaterial strategies, including the use of information and communication technologies, to make the Kariri culture to maintain itself.

Key words: Education; Communication; Transmission; Technologies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Programa Submarino Amarelo: Rivaldo ao microfone	42
Figura 2 – Programa Submarino Amarelo: Raiane	43
Figura 3 – Programa Som da Rua: Tontonho (Jacira auxiliando)	44
Figura 4 – Rio Kariús: ponte de ferro arrastada	52
Figura 5 – Estrada Crato/Nova Olinda (CE 292)	53
Figura 6 – Atravessando mantimentos	54
Figura 7 – Estragos da chuva na Casa Grande: esgotamentos entupidos	55
Figura 8 – Série <i>Interiores Singelos</i> (1)	56
Figura 9 – Série <i>Interiores Singelos</i> (2)	57
Figura 10 – Com Alexandre, pátio da Casa Grande	99
Figura 11 – Brincadeira dos copos (Raiane e Alane – de frente)	100
Figura 12 – Jogando Campinho com Jenfte	101
Figura 13 – Passeando com Mães. Encontro com seo Tetéu	102
Figura 14 – Observando atividades da Escolinha de Iniciação à Casa Grande	103
Figura 15 – Aniversário da irmã de João Paulo, em sua casa	104
Figura 16 – “Improvisos” com Samuel, no pátio. Ao fundo: Tontonho e José (farda)	105
Figura 17 – Conversando no Terreiro: João Paulo (farda), Diassis (perfil), Guilherme (costas)	106
Figura 18 – Com Rosiane, em sua casa no Crato	107
Figura 19 – Finais de semana: almoço com os diretores da Fundação	108
Figura 20 – Observando reunião no Memorial	109
Figura 21 – Com Alemberg na Sala de Vídeo	110
Figura 22 – Passeio ao Latão, casa de dona Santa	111
Figura 23 – Almoço na casa de Irenice e Chico, pais de Samuel e Samara	112
Figura 24 – Passeio à Vila Alta (Nova Olinda ao fundo)	113
Figura 25 – Gravando CD na TV Casa Grande com seo Zé de Elóia	114
Figura 26 – Luciana filmando Oficina de Meio Ambiente	115
Figura 27 – Posição geográfica da Chapada do Araripe. Fonte: http://www.unb.br/ig/sigep/sitio006/sitio006.pdf . Acesso em: 14 fev.2005	128
Figura 28 – Carro Lotação Crato/Nova Olinda/Crato	129
Figura 29 – Chapada do Araripe (1)	130
Figura 30 – Chapada do Araripe (2)	131
Figura 31 – Chapada do Araripe (3)	132

Figura 32 – Nova Olinda (1) Vista do alto da antena da rádio Casa Grande FM – (Foto: Alexandre)	133
Figura 33 – Nova Olinda (2)	134
Figura 34 – Nova Olinda (3) Feira. Fruto típico: Piqui (uso cotidiano: por exemplo, cozinhar como tempero com outros alimentos, como feijão, peixe etc.)	135
Figura 35 – Nova Olinda (4) Múltiplas influências culturais	136
Figura 36 – Casa de dona Santa (1), Latão	137
Figura 37 – Casa de dona Santa (2)	138
Figura 38 – Dona Santa	139
Figura 39 – Revendo fotografias com Mêires	154
Figura 40 – Assistindo primeiros arquivos da Fundação em vídeo, com Diassis, João Paulo (farda), José (ao fundo)	155
Figura 41 – Educandário antes e depois da reforma	156
Figura 42 – Instrumentos fabricados por Alemberg e Rosiane a partir da pesquisa musical empreendida sobre a cultura Kariri	157
Figura 43 – Índio Kariuzinho, guardião da Casa Grande, em exposição no Memorial	158
Figura 44 – Achados arqueológicos em exposição no Memorial. Fotos da reconstrução da Casa Grande	159
Figura 45 – Detalhe da entrada do Educandário	160
Figura 46 – Reunião na Sala dos Santos no Memorial	161
Figura 47 – Entre os santos, fotos de Alemberg e Rosiane quando crianças	162
Figura 48 – Seo Antônio Maranhão, tio de Alemberg, morador da Casa Grande quando em ruínas	163
Figura 49 – Bandeira da Fundação Casa Grande	164
Figura 50 – Instrumentos de organização	165
Figura 51 – Quadro de chaves dos setores	166
Figura 52 – Suvenires vendidos na Lojinha da Casa Grande	167
Figura 53 – Reunião para ajustes organizacionais	168
Figura 54 – Chegando para limpeza dos setores pela manhã	186
Figura 55 – Limpeza dos setores (1) Aureliano e “Netin”	187
Figura 56 – Limpeza dos setores (2) Raimundo	188
Figura 57 – Reparos e Consertos (1) Cristiano e Danda (farda)	189
Figura 58 – Reparos e Consertos (2) Alexandre	190
Figura 59 – Reparos e Consertos (3) Murilo	191
Figura 60 – Oficinas (1) Samuel (à esquerda), Helinho (ao fundo) e Abidoral Jamacaru	192

Figura 61 – Oficinas (2) Ronaldo (à esquerda), (?), Alisson (à direita)	193
Figura 62 – Convivências (1)	194
Figura 63 – Convivências (2)	195
Figura 64 – Convivências (3)	196
Figura 65 – Convivências (4)	197
Figura 66 – Desenho da organização espacial da Fundação Casa Grande	198
Figura 67 – Simetrias e Arquitetura (1) Fachada do Memorial do Homem Kariri	199
Figura 68 – Simetrias e Arquitetura (2) Corredor do Educandário	200
Figura 69 – Simetrias e Arquitetura (3) Corredor: Editora, Laboratório de Sites, Lojinha e Alojamentos	201
Figura 70 – Simetrias e Arquitetura (4)	202
Figura 71 – Igreja onde está enterrado o Padre Cícero, Juazeiro do Norte	225
Figura 72 – Devotos de Padre Cícero (1)	226
Figura 73 – Devotos de Padre Cícero (2)	227
Figura 74 – Casa, comércio, religião	228
Figura 75 – Comércio religioso	229
Figura 76 – Ouvindo atrás da parede	248

SUMÁRIO

1	A PRÉ-HISTÓRIA DA PESQUISA	11
1.1	IMPLICAÇÕES AUTO-BIOGRÁFICAS	11
1.2	DELINEAMENTOS DE UM “OBJETO”	24
1.3	ENCONTROS QUE SUGERIRAM UMA “PESQUISA EMPÍRICA”	33
1.4	CERTEZAS DEMAIS	38
2	ACASO: REORIENTAÇÃO DA TRAJETÓRIA DE PESQUISA	45
3	MARCO ZERO: AMPLIAÇÃO DO “OBJETO DE PESQUISA”	58
4	PANO DE FUNDO: DUAS “VISÕES DE MUNDO”	61
4.1	A COERÇÃO COMO FUNDAMENTO DO CONTRATO SOCIAL	61
4.2	A CONVENÇÃO COMO FUNDAMENTO DA CULTURA	67
5	CONCEITO FUNDAMENTAL: “TRANSMISSÃO”	72
6	PRESSUPOSTOS ÉTICO-POLÍTICOS DA PESQUISA	81
7	A PESQUISA EMPÍRICA	116
7.1	OS ARREDORES DA FUNDAÇÃO	116
7.2	UM ESBOÇO DE ARQUEOLOGIA DA CASA GRANDE	140
7.3	A ORDENAÇÃO DO COTIDIANO	169
7.4	TORNAR-SE MEMBRO DA CASA GRANDE	203
7.5	ENTRE O SAGRADO E O PROFANO	218
8	VOLTANDO AOS PARES	224
9	AMBIGÜIDADES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO	230
	REFERÊNCIAS	249

1 A PRÉ-HISTÓRIA DA PESQUISA

1.1 IMPLICAÇÕES AUTO-BIOGRÁFICAS

Nascido em Salvador, Bahia, fui para o Ceará aos seis anos de idade com minha família morar em Fortaleza, levados pelo entusiasmo de meu pai que, tendo ido fazer um curso anos antes, ficou admirado com a organização e a tranquilidade da cidade, pedindo transferência da Agência do Comércio do Banco do Nordeste do Brasil S/A. Durante os cerca de vinte anos que lá moramos, viajamos constantemente ao interior do Estado, pois fazíamos parte de uma religião onde meu pai era uma espécie de “líder espiritual” (um “ancião”, como lá se denomina) que, por sua vocação oratória, inteligência, paciência e modéstia, era convidado constantemente para fazer discursos em pequenas congregações. Íamos a lugares os mais recônditos do interior do Estado, pequenas localidades, lugarejos, vilas, e muitas vezes saíamos de casa em casa para “pregar a palavra de Deus”. Íamos sempre aos pares e a linha de raciocínio seguida na pregação era a de que, diante da situação calamitosa que se encontra o mundo terreno, sem solução política à vista, e muito menos para as enfermidades da carne, como a morte, dever-se-ia esperar em Deus a solução para os problemas da humanidade. Líamos versículos da Bíblia que, segundo sua crença, predizem o atual estado de coisas como “tempos críticos, difíceis de manejar” (2 TIMÓTEO 3: 1-5), e depois os versículos que mostravam que Deus se importa com o mundo, estendendo sua “tenda de misericórdia” para melhorá-lo, até que o Homem possa dizer: “as coisas anteriores já passaram”. (REVELAÇÃO 21: 3, 4).

Emocionava as pessoas quando, com apenas cinco ou seis anos, falava de Deus e mostrava agilidade em abrir a Bíblia nos capítulos e versículos sem ajuda de marcação nas

páginas. Oferecíamos publicações (revistas, brochuras e livros) por uma “pequena contribuição”, e, para os que mostravam interesse, um estudo semanal e gratuito da Bíblia. Realmente me empenhava e acreditava sinceramente que poderia ajudar a salvar aquelas almas. Com uma vocação para a oratória, quiçá herdada do pai, aos 7 anos discursava para platéias de 100 pessoas, chegando, aos nove anos, a discursar num congresso para uma assistência de 3.000 pessoas. Acompanhei o trabalho de pregação desde bem pequeno, ainda de colo e depois com as próprias pernas, todas as manhãs dos fins de semana (pelo menos) até por volta dos 16 anos. Primeiro na Cidade Baixa, onde morávamos em Salvador, depois em bairros de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Fortaleza, entrando em casas que me deixavam (criança de “classe média”) absolutamente estupefato quanto às condições de moradia e convivência: lembro do cheiro forte de algumas casas e da falta de jeito das pessoas tentando cobrir os buracos do sofá com pedaços de pano nem tão inteiros. Gostava muito quando éramos convidados a entrar e não era minha vez de falar, pois podia ficar apenas observando. Enquanto meu par falava da Bíblia, observava atentamente todos os detalhes nos arredores, olhava nos olhos das pessoas para tentar saber se estavam sendo sinceras, e procurava sentir o clima ao redor para ter certeza de que havia hospitalidade (era comum pairar uma tensão quanto a como iríamos ser recebidos nas casas). Voltava para casa, olhando pela janela do carro, distante daquelas “vidas humildes” (como talvez supuséssemos), confortável e seguro, entretanto, rememorando as imagens de cada detalhe, das casas, seus estilos, a maneira como se dispunham os objetos, do semblante dos rostos, a forma preocupada como controlavam as crianças em nossa presença, a presteza como algumas pessoas nos recebiam... Curioso é que nunca comentava com meus pais acerca do que sentia e pensava naquelas situações, nem tampouco com os “irmãos”. Tudo parecia normal, inclusive a compaixão dos meus acompanhantes. E tudo aquilo era, para mim, garoto que morava em “bairro nobre”, uma experiência radical, que só o tempo mostraria o quanto.

Até por volta dos dezoito anos de idade, ainda que sempre presente a natural (in)disciplina infantil, e depois a “subversão” na juventude, posso dizer que fui membro de um **espaço sagrado** com tudo que isso implicava: fantasias acerca da imagem de Deus, do paraíso na terra, da ressurreição dos mortos, dos “ungidos” que subiriam aos céus logo após morrerem (havia o marido de uma tia que professava sê-lo); o constante medo de desagradar a Deus, de pecar; a sensação de estar sendo observado vinte e quatro horas por dia, certo que era a presença onisciente de Deus e de suas miríades de anjos, apesar das paredes e portas atrás das quais gostaria de me esconder. Ao lado dos mimos de filho único tive também uma educação rígida, disciplinada nos desígnios divinos tendo em vista um mundo que haveria de vir. Senti algumas vezes a aplicação da “vara da disciplina”, por desobediência ao mandamento: “‘Honra a teu pai e [a tua] mãe’, que é o primeiro mandado com promessa: ‘Para que te vá bem e perdures por longo tempo na terra’”. (EFÉSIOS 6: 2, 3). Aos poucos, quando ultrapassei os doze anos de idade, passei a me afastar da religião, culminando alguns anos depois com um pedido formal, através de uma carta, entregue a uma “comissão judicativa” composta por alguns “anciãos”, para ser “dissociado”. Dissolvia-se o território sacro-santo como “religião” em minha vida.

Na escola era identificado como o “orador da turma”, ou como “intelectual”, porque me expressava bem e usava óculos (à época tinha dez anos). Geralmente era eleito o “líder da classe”, representando o interesse da “turma” junto à coordenação, o que implicava em dominar a expressão oral e o uso “político” das palavras, isto é, como dispositivo de tradução entre mundos desiguais (mundo dos alunos – mundos dos professores/coordenadores). Era considerado “bom aluno”, destacando-me na “área das ciências humanas”. Prestava atenção às aulas, mas gostava mesmo era do burburinho no fundo da classe e das recreações que a escola promovia: tocar numa banda nas Olimpíadas e na Semana de Arte e Ciência; passeios para clubes; visitas às fábricas de refrigerantes etc. Gostava também dos trabalhos em equipe,

quando ia para a casa de algum amigo (o que ocorria menos) ou quando eles vinham para a minha e modificavam a performance da rotina. Já no segundo grau destacaram-se para mim os movimentos políticos: participei da representação estudantil, liderando a “turma” e sendo líder dos líderes, sempre em “confronto” com a coordenação e ao lado dos alunos. Lembro certa vez, quando um amigo foi expulso de sala, levantei e discursi brevemente a respeito do que considerei uma injustiça, retirando-me e incitando outros colegas a saírem: todos, de uma classe de cerca de 40 alunos, com exceção de quatro, saíram. Ainda nesses “movimentos políticos”, fizemos passeatas pelas ruas de Fortaleza, algumas vezes, a caminho da Câmara Municipal, reivindicando a maioria legal aos 16 anos. Na época tinha uma mobinete, e ia à frente da “manifestação”, com mais dois amigos também em suas mobinetes, fechando os cruzamentos para a passeata passar.

Lembro dois acontecimentos marcantes quanto ao envolvimento político nos tempos de estudante secundarista: um artigo que escrevi e foi publicado no jornal da escola “O Garoto” sobre a dívida externa do Brasil; e uma “pesquisa de campo” para conhecermos o funcionamento do aterro sanitário de Fortaleza, o Jangurussu, que freqüentamos semanalmente durante um mês, sob condições impensáveis para mim na época, garoto asséptico de “classe média”. Nos dois casos fazia o primeiro ano do segundo grau, e fui convidado e orientado por um professor de Geografia que se tornaria um amigo, Carlos Magno. Eu e alguns colegas freqüentávamos sua casa, ajudávamos a corrigir provas, e tínhamos conversas altamente “politizadas” para a idade. Éramos considerados uma turma especial na escola, graças justamente ao senso político e crítico, bastante valorizados naqueles meados da década de 80 – primeiros anos que se respirava a abolição da Ditadura Militar. Foi o início da presença da figura dos “mestres” em minha formação.

Em 1995, fatigado da Faculdade e sem interesse em exercer a profissão de psicólogo

tal como se apresentava a mim naquele momento, contava a um amigo¹ do meu desinteresse com o curso de Psicologia (reiterado pelo “psicologismo” reducionista e pela falta de distanciamento dos próprios psicólogos quanto às práticas psicológicas em exercício e suas condições de possibilidade na legitimação do poder “psi”) e do desejo de me envolver com movimentos sócio-culturais, algo nas vizinhanças do que vinha fazendo o então Secretário de Cultura de Pernambuco, Ariano Suassuna: tinha ouvido falar de um circo itinerante que viajava pelos municípios do interior do Estado de Pernambuco, onde aconteciam feiras, saraus, apresentações circenses etc. Foi quando Glauber associou meu desejo à figura de Valdenor Xavier - na época presidente da Associação de Moradores do Pantanal (uma “ocupação” que se tornaria bairro na periferia da zona metropolitana de Fortaleza). Passei a freqüentar o bairro semanalmente e a manter estreito vínculo com Valdenor. Tivemos uma série de conversas acerca da situação do bairro, e pensamos juntos alguns possíveis projetos que viriam desembocar na criação do Instituto de Desenvolvimento Social (IDS), anos depois, quando eu já morava em Salvador. Não pude participar presencialmente do desenvolvimento de nossas idéias, pois, quando meu pai se aposentou o plano era retornarmos para Salvador, onde residem nossos parentes. Ele havia dado entrada no pedido de minha transferência para a Universidade Federal da Bahia (UFBA) já fazia dois anos, quando, em julho de 1997, para minha surpresa e de Valdenor, a transferência foi aceita². Daquela época para cá, não mais deixei de me envolver formal e informalmente com “questões comunitárias” e “projetos sociais”, seja do ponto de vista da Universidade, do “terceiro setor”, ou dos movimentos de base populares.

Considero o ápice desse envolvimento com a “área social” a fundação, com um grupo de amigos, de uma organização da sociedade civil, a COMUNGOS – conexões comunitárias. A COMUNGOS foi fruto das discussões teórico-metodológicas da disciplina “Psicologia

¹ Glauber Filho.

² Nesse sentido pesou o empenho da professora, psicóloga e então chefe do colegiado, Julia Schaer.

Comunitária”, e se firmou como uma possibilidade pouco usual para psicólogos recém-formados ensaiarem sua inserção no “mercado de trabalho”. Funcionou oficialmente (juridicamente constituída) de 2000 a 2005, como “coletivo auto-gestionado”, e instituiu um **espaço de formação** tal qual uma **comunidade de aprendizagem**, uma ambiência crítico-reflexiva e teórica do que seria a atividade comunitária do nosso ponto de vista (sendo os próprios “comungos”, como nos autodenominávamos, a “comunidade em ato” de onde se espalhavam as “intervenções”). Por ela passaram diversos alunos de Psicologia de diversas faculdades (de Salvador e de outros estados), líderes comunitários, pesquisadores, jovens agentes culturais, professores, técnicos de instituições do “Terceiro Setor”, amigos, que eram acolhidos e freqüentavam a Casa da Fonte (como chamávamos a sede que se localizava na Ladeira da Fonte, no Campo Grande), participando em “eventuações” culturais, mais ou menos formais, ou para elaborar “projetos” com finalidades de “educação social”, ou para serem hospedados na casa, todos comungando numa espécie de conspiração anímica. Aliás, a imaginação e a realização de uma “cultura de supervivência”, afinada com as questões sociais emergentes e urgentes, através de uma “amabilidade de viagem” e da perspectiva de “intervenção social” como “fazer-junto”, do meu ponto de vista, foi a tônica da COMUNGOS. É a ela, enquanto crivo institucional, e ao espírito engendrado na atividade de instituí-la, que devo uma contraparte da minha sensibilidade para as questões (da cultura, da sociedade, da instituição) que passarei a desenvolver mais adiante.

Ao lado do “social”, encontrei no âmbito da Educação um campo de pesquisa e experimentação instigantes. O primeiro contato institucionalizado com a Educação, do ponto de vista de “educador”, foi na “Vila – Escola, Creche, Espaço Cultural”, em Fortaleza (na mesma época em que freqüentava o bairro Pantanal, 1995), quando lá trabalhei como estagiário do Jardim II e depois como professor polivalente da Terceira Série do Primeiro

Grau. A Vila³, naquele momento, era considerada uma escola com diretrizes político-pedagógicas “alternativas”. Havia uma preocupação com o desenvolvimento anímico das crianças, e alguns de nós lemos, por indicação da diretora, livros sobre Antroposofia⁴. Foi na Vila que me coloquei questões fundamentais acerca da Educação no que concerne ao caráter “escolar” e de intento “pedagógico”. Logo me deparei com a necessidade de controlar (era essa a idéia) duas dezenas de crianças sem ter, no entanto, no conteúdo que deveria ensinar, algum estímulo para tanto. Fui ficando próximo dos alunos através de uma “pedagogia da infância”, “pelas beiradas”: jogando futebol e brincando com eles, conversando durante o recreio, valorizando suas habilidades – como os desenhos que alguns vinham mostrar com orgulho. Era nos arredores da sala de aula e dos conteúdos didáticos que nossos vínculos se estabeleciam e se prolongavam, retornando para a sala de aula.

Quando cheguei a Salvador, em agosto de 1997, lia o jornal diariamente para me inteirar dos eventos culturais e acadêmicos da cidade. Foi quando li uma chamada para uma palestra que ocorreria no Instituto Cultural Brasil-Alemanha (ICBA) sobre “Cibercultura”. O palestrante era o professor André Lemos, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (FACOM/UFBA), e o debatedor professor Nelson de Luca Pretto, da Faculdade de Educação (FACED/UFBA). Interessaram-me bastante as intervenções do professor Nelson Pretto⁵ no que tocava à sua forma “irreverente” e, a meu ver, muito sensível, de tratar a Educação. Ele problematizava sem rodeios uma série de lugares-comuns que são hábitos da escola formal. O tom das críticas não era ressentido. Ao contrário, trazia uma vitalidade e uma aposta na mudança (para melhor) da escola que me contagiou. Procurei-o ao

³ A Vila existe até a presente data em Fortaleza, porém, não tenho mantido contato.

⁴ Elaborada no início deste século pelo filósofo austríaco Rudolf Steiner (1861-1925), a Antroposofia é um método de conhecimento que aborda o ser humano em seus níveis físico, vital, anímico e espiritual, e mostra como essas naturezas, absolutamente distintas entre si, atuam em constante inter-relação. Trata-se de uma Ciência que se interessa pelos processos físicos abordados pelas ciências naturais e também por todos aqueles processos que não podem ser materialmente mensuráveis. (Disponível em: <http://www.associacaotravessia.org.br/html/antroposofia.html>. Acesso em: 30 mar. 2005).

⁵ Atualmente professor Nelson Pretto é diretor da FACED/UFBA e coordenador do Grupo de Educação e Comunicação, que compõe a Linha de Pesquisa Currículo e Tecnologias de Informação e Comunicação.

final do debate. Numa conversa sucinta ele me passou seu endereço eletrônico e disse que eu enviasse um e-mail falando qual meu interesse na Educação. Assim o fiz, sendo convidado a participar das reuniões do núcleo de pesquisa que coordenava, e ainda coordena, o Núcleo de Educação e Comunicação (NEC), que mais tarde passaria a se chamar Grupo de Educação e Comunicação (GEC), às sextas-feiras de tarde na sala prof. José Arapiraca no terceiro andar da FACED.

Desde novembro de 1997, faço parte desse grupo de pesquisa que foi o responsável por meu interesse nos estudos da interface “Educação e Comunicação”. Fui bolsista do PIBIC diversos semestres, noutros compunha o grupo mesmo sem bolsa. Foi no GEC que, posso dizer, adentrei no mundo da Educação e (re)descobri a vocação oratória. Como membro do grupo fui professor diversas vezes em cursos de formação de professores, em cursos de férias para a graduação em pedagogia da FACED/UFBA, realizei palestras em escolas, universidades, participei de mesas-redondas, debates, seminários etc. Muitas vezes, depois de ministrar uma aula ou palestra, as pessoas se dirigiam a mim com questões existenciais pessoais ligadas à pedagogia (o fato de me apresentar como graduado em Psicologia certamente influenciava os ouvintes). Para cada uma dessas pessoas uma sugestão e um método, e, para todos, o desejo altruísta de ajudá-los. Ficava realmente entusiasmado quanto à possibilidade de transformar (suas) realidades e, quem sabe, legar-lhes a antecipação das conseqüências de certos hábitos.

Com o tempo fui percebendo que boa vontade e altruísmo não eram as (únicas) motivações fundantes de minha atuação, nem tampouco adiantavam muito, no papel de “educador”. Para minha surpresa fui percebendo que tudo o que me movia, antes de fazê-lo pelo outro, era **por mim** que fazia, era das minhas inquietações que partia. Por exemplo, o interesse em pensar as tecnologias como artefato cultural para transmissão de algo imaterial, que seria transmissível numa relação inconsciente de mediação, o que me fazia retornar

insistentemente aos fundamentos do aprendizado, era imprescindível **para mim**. Enquanto atuava pensava, e sentia que o que fazia efeito na cena pedagógica era algo diferente do que pretendia objetivamente, era alguma coisa entre o que dizia e o **modo** que dizia, isto é, algo que emanava sem controle; o que implicava que eu pouco saberia legislar, no que achava ensinar, aquilo que realmente seria significativo para a vida de cada um dos educandos. A questão “educativa” que insistia (e insiste nessa pesquisa) era: realmente existe aprendizado mas sua forma consiste num mistério, pois há algo de significativo no aprendizado que não se ensina.

[...] o que diz um homem profundo e inteligente vale por seu conteúdo manifesto, por sua significação explícita, objetiva e elaborada; tiraremos pouca coisa disso, apenas possibilidades abstratas, se não soubermos chegar a outras verdades por meio de outras vias, que são precisamente as do signo. Ora, um ser medíocre ou mesmo estúpido, desde que o amemos, é mais rico em signos do que o espírito mais profundo, mais inteligente. (DELEUZE, 1987, p. 21-22).

Outro “lugar de implicação” que relaciono à minha trajetória de pesquisa é o amor à música. A música, desde tenra idade, é elemento fundamental no processo de formação de minha sensibilidade intelecto-afetiva. As lições estético-existenciais, os momentos de êxtase e de fulgurante unidade com o Todo onde o entusiasmo faz com que tudo concorde interiormente (cf. HÖLDERLIN, 1994, p. 177), os traspassamentos afetivos mediados por texturas musicais, tudo isso nos fez crer e experimentar uma potência de aprendizado que a música arrasta consigo. É, sobretudo, a música, para mim, a responsável por uma espécie de levitação sem filosofia oriental, onde se encarnam pensamentos, efeitos de uma atividade sensível de fruição estético-sonora. Sem dúvida, foi a música um dos elementos responsáveis por religar minhas experiências ordinárias com algum **espaço sagrado** de reencantamento do cotidiano.

Minha educação musical gerou um gosto pelo raro na música, pelo “difícil” de ouvir, pelo que instigava um esforço de compreensão intelecto-afetiva através de uma escuta contemplativa. Dedicava-me (e ainda o faço) a frequentar sebos de discos raros, onde passava

longas horas escutando vinis, perguntando sobre esse ou aquele compositor ou grupo. Tanto as canções quanto a música instrumental me diziam muitas coisas: ambas faziam e ainda fazem percorrer diversas zonas do espírito (humores), permitindo compreender que é das relações dos elementos (notas) entre si que se compõe uma plástica sonora que pode ser percebida com sentido. Além desse aprendizado “estruturalista” com as melodias, as letras das canções, principalmente na adolescência, lançavam mundos no mundo. Quando comecei a perspectivar minhas experiências pessoais com a música, encarando-as como matéria de aprendizado, estava certo de que ela poderia ser um conseqüente veículo de formação – desde que não fosse reduzida a isso.

De 1978 a 1997 viemos todo ano de Fortaleza para a terra dos antepassados, Salvador, nas férias de fim de ano. Na maioria das vezes viajávamos de carro, um Opala 76, marrom metálico, *coupé*, câmbio no volante, banco dianteiro inteiro para três pessoas. Durante as cerca de vinte horas de viagem (quando não dormíamos na estrada) fazíamos as refeições no carro: delicioso sanduíche de peito de galinha, feito por minha mãe, e água numa garrafa térmica cor de abóbora (ou, como se diz no Ceará: amarelo-queimado). Nessas viagens escutávamos apenas quatro ou cinco fitas cassete que se repetiam exaustivamente no toca-fitas *auto-reverse*, Mitsubishi, prateado. Ouvíamos Roberto Carlos, Paul Mauriat, Ray Coniff, Richard Clayderman... Ao passo que ia crescendo, colocava algumas fitas minhas para tocarem também. Ainda que o tédio me tomasse, muitas vezes devido à pouca opção musical e à ausência de rádio, que não pegava durante os longos trechos desabitados e desérticos da BR-116 (parecíamos estar no clássico filme de Win Wenders, “Paris-Texas”), a música compunha com a paisagem uma trilha sonora, e me fazia “viajar” dentro da viagem. Até hoje, ouvindo aquelas músicas, sou remetido àquela zona do tempo-passado.

Lembro também de quando voltava para casa à noite das reuniões religiosas, sonolento e deitado no banco traseiro do Opala, e via, pela janela, os postes e suas luzes, o céu, em

rápidas superposições de planos: céu, luz, poste, luz, céu, poste... Enquanto isso, a música tocava e me envolvia numa espécie de bolha sonora, flanando o espírito com tudo. Era um tempo-contínuo, um “moto-contínuo” onde tudo era pensamento, ou “vazio”. Ventos atravessavam, por dentro, cada pensamento, que voava entre estalactites cerebrais, rio de dendritos à deriva, a luz de sódio e o vulto brilhante das estrelas. E a música unia tudo, justamente.

Naqueles tempos, as trilhas sonoras do cotidiano eram também paisagens que assomavam aos “olhos” do espírito, e compunham o tom das experiências que vivia. À época, o universo sonoro que compunha minha subjetividade infanto-juvenil só conseguia compreender a simples oposição entre música e ruído: a música que escutava, de preferência em alto volume, servia para apagar os ruídos do mundo em volta e me transportar para um mundo insólito e pessoal.

Desde que passei a **pensar** a música, verifiquei de forma distinta seu poder cosmogônico, seja na criação de um mundo particular, seja na de um universo compossível entre indivíduos. Existe com ela uma potência de imantização que pode criar e (re)unir mundos:

A música não acompanhou a vida de Hölderlin como simples deleite ou consolação. Ela foi por ele abraçada como simbolismo da gênese de mundo. Sabe-se que, na célebre torre de Tübingen, durante mais de trinta anos de “anoitecimento” mental, ele passou o tempo entoando seus instrumentos, passou o tempo cantando. E, nós diríamos, ele fez isso simplesmente porque o passar do tempo é canto, porque é assim que uma palavra tem começo enquanto palavra do começo. A gênese de um mundo é, amplamente, fenômeno de ressonância. Na ressonância, um mesmo som gera um outro cuja novidade será, justamente, resguardar, com sonoridade, também o primeiro dentro de si. E sendo esse “justamente” a medida de seu modo, todo som é sempre entoação simultânea de dois. Ao ouvido cabe o exercício de escutar, em cada som, o seu outro, ou, em termos musicais, o seu harmônico. (CAVALCANTE *in* HÖLDERLIN, 1994, p. 11).

Apesar da relação de proximidade com a música, e, provavelmente por isso, dificilmente tenho vontade de ouvir rádio, devido ao repertório musical pouco diversificado e repetitivo, e à propaganda publicitária excessiva e pouco edificante. Contudo, principalmente

devido ao meu envolvimento com “questões sociais”, passei a observar que, se as rádios comerciais são dotadas de força unificadora e servem ao consumo geral, fazendo eco com a cultura de massa, como linguagem da maioria ela não chega a ser universal, ao contrário, em meio a outras linguagens ela é minoritária e particular, pois ainda “fala” pouco a diversos universos locais, isto é, às “comunidades” com valores, interesses e gostos particulares. De um modo geral as rádios comerciais localizam seu “interesse público” no âmbito do entretenimento, e em termos políticos vêm sendo utilizadas ao lado do poder, isto é, para reforçarem os interesses dos grupos políticos que dominam a concessão desse veículo.

Quando o rádio foi inventado nos primórdios deste século, dois modelos de transmissão surgiram: o modelo político, gerado pela ambição pelo poder; e o modelo iluminista, gerado em oposição ao primeiro. Hitler nos deu uma vívida ilustração do primeiro tipo quando escreveu: “Nunca teríamos conquistado a Alemanha não fosse o alto-falante”. Mas mesmo hoje, quando se escuta os políticos no rádio, é conferido um tom tirânico a suas vozes, ocasionado pela amplificação da personalidade prometida pelo microfone [...] O rádio hoje é a pulsação de uma sociedade organizada para satisfazer a um máximo de produção e de consumo. É evidente que isto é temporário: o rádio não vai manter esta posição para sempre. A vantagem do relógio de quartzo é que ele não pára nem precisa ser acertado; assim, a função de cronômetro cerimonial conferida ao rádio já está anacrônica. E se a civilização industrial está em declínio — e ela efetivamente está — ritmos radiofônicos alternativos podem estar mais próximos do que imaginamos. (SCHAFER, 1987, p. 27-39).

Atento ao papel “político” das mídias, desde que comecei a mixar minhas deambulações teóricas em Educação e Comunicação com a práxis social, fiquei empolgado com o “campo de possíveis” no qual as rádios comunitárias se instalavam. Havia obtido notícias recentes de moradores do Calabar (bairro soteropolitano onde estive envolvido em atividades comunitárias, de 1998 a 2004, principalmente junto a uma escola comunitária⁶) de que uma “rádio-poste” desativada há anos iria voltar a irradiar, por conta da intervenção de uma disciplina de rádio-jornalismo da Faculdade de Comunicação da UFBA, ministrada pelo professor ex-morador do bairro, Fernando Conceição. Parecia estar se abrindo um horizonte de pesquisa onde poderia conciliar minhas inclinações musicais, políticas e educacionais. Foi

⁶ Escola Aberta do Calabar.

então que passei a pesquisar a temática “rádios comunitárias” com o intuito de conhecer algumas experiências e checar a atualização desse potencial de “resistência” que suspeitava existir com elas. Seria com o desenvolvimento desse “pré-diagnóstico”, por assim dizer, que delinearía meu objeto de pesquisa para o Mestrado.

1.2 DELINEAMENTOS DE UM “OBJETO”

A primeira consideração mais sistemática e consistente que encontrei acerca do tema foi a dissertação de Mestrado de Marisa Meliani, “Rádios Livres: o outro lado da voz do Brasil”, que logo me indicou a necessidade de não ignorar o jogo de forças no bojo do fenômeno rádios livres/comunitárias, observando que estas compõem um campo extremamente heterogêneo, irredutível a definições que queiram enquadrá-las num *movimento* único (seja ao lado do “bem” ou do “mal”).

Junta-se assim dentro de um mesmo fenômeno de comunicação, uma série de experiências que trazem, desde conteúdos com elementos alternativos e ênfase na cultura urbana, até conteúdos mais populares, voltados para a ação política, destacando projetos de resistência à dominação político-econômica nacional e transnacional. (MELIANI, 1995, p. 69).

Em julho do mesmo ano, num encontro informal, comentei com o então deputado Zilton Rocha (PT/BA) acerca dos estudos que pretendia desenvolver a respeito das rádios livres/comunitárias. Ele prontamente me apresentou Daniella Rocha, dizendo que ela tinha alguma experiência na área. Daniella, por sua vez, enviou-me por e-mail os telefones de Frei Dito (à época representante regional da ABRACO – Associação Brasileira de Rádios Comunitárias), com recomendações de que seria uma pessoa referência na temática. Frei Dito sugeriu-me que fosse a uma oficina de rádio comunitária que ele iria ministrar no CEFET-BA como atividade promovida pelo mandato do deputado Walter Pinheiro (PT/BA). Foi nessa oficina que obtive as primeiras informações acerca da legislação de RadCom (Serviço de Radiodifusão Comunitária) e da situação das rádios comunitárias no Brasil quanto à legalização.

Em outubro de 2002 estive em Fortaleza e fui ao Laboratório de Pesquisas Multimeios da Universidade Federal do Ceará (UFC) à procura do professor Hermínio Borges, coordenador do laboratório. Conheci professor Hermínio em São Luís do Maranhão, no XV

Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste (EPENN), em 2001, quando apresentamos trabalhos. Depois o recebemos na FACED/UFBA em visita ao Grupo de Educação e Comunicação (GEC). Conversei com ele sobre minha pesquisa com rádios comunitárias e do interesse em conhecer outros pesquisadores(as) do tema em Fortaleza. Prontamente ele me apresentou ao Ismael Furtado, que na época era mestrando e trabalhava na temática dos “portais” na Internet. Ismael indicou que procurasse dois professores da Faculdade de Comunicação da UFC, pois seriam ótimas referências no tema: professores Márcia Vidal Nunes e Nonato Lima. Consegui marcar um encontro com a professora Márcia Vidal que me atendeu com delicadeza e disponibilidade. Disse-lhe, ainda de modo tateante, sobre o que queria pesquisar, e encontramos em comum o fato de ela conhecer a Fundação Casa Grande, tendo inclusive realizado uma assessoria para a Fundação. Professora Márcia Vidal me indicou alguma literatura, cedendo seu relatório técnico-científico do pós-doutorado, ainda no prelo. Passou-me também o contato de outra professora especialista no assunto, Catarina Tereza Farias de Oliveira, que ela supôs ter um trabalho mais na linha do que me interessava no momento. Fui ao encontro dela, que se mostrou muito gentil em disponibilizar sua tese de doutorado “Escuta sonora: educação não-formal, recepção e cultura popular nas ondas das rádios comunitárias”, também ainda a ser publicada.

Foram desses primeiros contatos e indicações bibliográficas que pude responder às perguntas básicas que qualquer curioso no tema se faz: qual a história das rádios comunitárias; qual a diferença entre uma rádio comunitária, uma rádio livre, uma rádio pirata...?

Ontem⁷ foi o primeiro dia da oficina de rádio comunitária que estamos fazendo acontecer no curso de jornalismo, a convite da Faculdade Dois de Julho (FDJ), em sua III Jornada Acadêmica O Brasil que vem por aí. De início fiquei surpreso quando soube que

⁷ Daqui por diante os períodos escritos em itálico são excertos do “diário de campo”.

apenas esta oficina, e outra, preencheram com interessados, precisando abrir inclusive vagas extras. É fato o crescente interesse pela “comunicação comunitária”, interesse justificado pela vontade de experimentar linguagens de comunicação alternativas à produção padronizada da mídia massiva, de “participar na transformação da sociedade”, bem como entrar num nicho de mercado em expansão.

O que mais chamou a atenção na oficina é o afã em perguntar pelo que é uma rádio comunitária, em ter rapidamente as informações, ir direto ao ponto, uma ansiedade instrumental que não leva em conta a complexidade das questões a que o campo temático nos remete. Além disso, foi expresso o interesse, por parte dos alunos, em dominar um saber técnico (produção, formatos de programação, conteúdos etc.). Caso se sacie tal interesse sem “perspectivação”, corre-se o risco de perder o que nos parece um dos pontos mais interessantes na experiência das rádios comunitárias: a experimentação e a criação de novas linguagens, modos de funcionamento e conteúdos, que surgem da problematização das condições da comunicação e do para quê (a serviço de quem) comunicar. Para tanto, é relevante pensar nas motivações e circunstâncias de criação de uma rádio comunitária para encontrar estratégias e finalidades que façam alguma diferença – ao invés de buscar simplesmente modelos para se espelhar.

A história das rádios comunitárias é contada como um movimento ativo de resistência que viria imprimindo modificações significativas nas relações ordinárias de emissão e recepção, tensionando as condições da comunicação, desde seus instrumentos jurídico-legais de controle (Estado) até a micropolítica das relações cotidianas entre os autores da comunicação. Foi justamente a contestação por parte da sociedade organizada do monopólio estatal dos meios de comunicação, no final dos anos 60 início dos anos 70, e o acompanhamento das lutas sociais travadas por grupos que procuravam afirmar suas opções políticas e concepções sociais, que resultou no aparecimento das rádios livres como forma

alternativa do exercício da cidadania. (NUNES, 2002, p. 50, 51). Nesse contexto, surgiram inicialmente as rádios ditas “clandestinas”:

[...] para cubrir todas aquellas estaciones que no son los portavoces de los gobiernos y que desempeñan alguna sorte de papel subversivo, lanzando propaganda por motivos tácticos contra alguna zona en particular, por oposición a las que diseminan una ideologia a una “verdad objetiva” hacia el mundo en general. (HALE *apud* NUNES, 2002, p. 51).

Já as “rádios piratas” podem ser consideradas um fenômeno próprio do norte da Europa no final da década de 50. Elas surgiram a partir de 1958, transmitindo a partir de navios ancorados fora dos limites das águas territoriais próximos à costa britânica, holandesa, dinamarquesa e sueca. Eram ilegais e também contestavam o monopólio estatal, assim como as rádios livres. No entanto, diferiam por terem objetivos essencialmente comerciais, financiadas por multinacionais e impulsionadas pelos interesses das indústrias fonográficas, discográficas e de aparelhos eletro-eletrônicos. Apesar do cunho eminentemente comercial, segundo Márcia Vidal, “as rádios piratas possibilitaram a livre expressão de inúmeros segmentos sociais e, principalmente, dos jovens, que não encontravam espaço na programação da BBC”. (2002, p. 53). A denominação de “pirata” surgiu porque costumavam erguer uma bandeira preta (símbolo dos corsários) nos mastros onde estavam instaladas.

As “rádios livres”, ainda segundo Márcia Vidal, surgem na Europa, na metade da década de 70, inicialmente na Itália, logo após na França, posteriormente em outros países, e têm como antecessoras imediatas as “rádios piratas” inglesas. (2002, p. 54). As mais organizadas e regulares são parte integrante de projetos culturais e de movimentos sociais, e são, na verdade, o canal de expressão para conteúdos que não encontram representação nos meios de comunicação oficiais. “As rádios livres são a resistência e a atividade do receptor [...] revertendo a ordem do discurso e exercitando a liberdade de expressão”. Tomadas em conjunto, as rádios livres não são apenas, ou principalmente, comunitárias, ainda que se assemelhem a estas por propiciarem um contato mais estreito entre ouvintes e membros da emissora, pois há casos em que “aglutinam grupos cuja identidade é construída e expressada a

partir de afinidades étnicas, políticas, religiosas e culturais, etc.” (NUNES, 2002, p. 49). Segundo Peruzzo (1998), o auge das rádios livres seria alcançado em 1978.

Por fim, as “rádios populares”, que são um fenômeno surgido e difundido quase exclusivamente na América Latina. São emissoras legais, operadas, em sua maioria, pela Igreja Católica e outros grupos religiosos ou, em alguns casos, por cooperativas ou sindicatos de trabalhadores. Têm suas origens nas escolas radiofônicas fundadas pela Igreja Católica na década de 60, para combater o analfabetismo das populações camponesas em países como o Peru, Equador, Colômbia, República Dominicana. A partir dos anos 70, essas emissoras ampliam seus objetivos, e, animadas por grupos organizados, vinculados à Igreja, sindicatos ou cooperativas, passam a estimular a organização das populações camponesas e indígenas em torno dos seus interesses. (NUNES, 2002, p. 55).

Foi em novembro de 1995 que se oficializou o termo “rádios comunitárias”, no I Encontro Nacional de Rádios Livres Comunitárias, definidas como aquelas que têm gestão pública, operam sem fins lucrativos e com programação plural. Comunitárias seriam aquelas que, tendo como finalidade primordial servir à comunidade, poderiam contribuir efetivamente para o desenvolvimento social e a construção da cidadania. São comunitárias as rádios que asseguram a participação plural de amplos segmentos sociais de todos os matizes que compõem uma comunidade, entendida como grupo social, agregado por interesses, vivências e um espaço geográfico comum, que participam de forma organizada e decidem coletivamente os caminhos a serem trilhados pelo grupo, tendo voz ativa nos diferentes canais de participação necessários à estruturação da emissora, tais como vivências políticas, elaboração da programação etc.

[...] uma rádio comunitária para ser assim caracterizada mais do que estar circunscrita a uma localidade e falar das coisas desta, tem que ser sem fins lucrativos, com programação comunitária e gestão coletiva, ser interativa, valorizar a cultura local, ter compromisso com a cidadania e a democratização da comunicação. (PERUZZO *apud* NUNES, 2002, p. 66).

Para Nunes, uma rádio pode buscar caráter comunitário...

[...] se trabalhar com conteúdos retirados do cotidiano local, do que une a todos na vida real e no dia-a-dia. É essa cultura do cotidiano que aproxima e identifica os indivíduos em uma comunidade. Buscar subjetividade no processo comunicativo e “agir” e “deixar agir” dentro da relação emissão-recepção. (NUNES, 2002, p. 49).

Algumas características das rádios comunitárias foram cruciais na escolha dessa temática para a pesquisa, e na minha mudança de ponto de vista quanto ao potencial do rádio (apesar das rádios comerciais), como as de elas serem:

- Espaços de integração e centros de vivência cultural;
- Instrumentos públicos da população local em busca de elevar a qualidade de vida;
- Espaços de difusão da produção cultural que não encontra espaço nos veículos oficiais;
- Canais de expressão do descontentamento na tentativa de sublevar a “identidade traçada” pela mídia;
- Contraponto ao “padrão cultural”;
- Instrumentos de comunicação e informação local;
- Expressão do movimento de democratização da comunicação;
- Instrumentos para resolver problemas locais, recuperando o conceito de cidadania;
- Instrumentos de “comunicação popular”;
- Espaços para divulgar novos projetos, criar linguagem e divulgar artistas marginalizados pela mídia oficial;
- Veículos de difusão da cultura local;
- Veículos de descentralização da produção cultural;
- Expressão de “desobediência civil”;
- Instrumentos de organização social, educação e emancipação política;
- Instrumentos para resolver os problemas da sobrevivência cotidiana;
- Veículos de abertura ao leque de opções da produção cultural;

- Exercício da liberdade de expressão, como parte integrante da luta pela democracia;
- Veículos para dar voz ao subterrâneo e ao excluído da mídia oficial;
- Instrumentos para veiculação de informações pertinentes e de juízos de valor, de maneira aberta e livre, não participando das anacrônicas gestões oficiais para produzir e gerenciar correntes de opinião legítimas.

Pode-se observar, em muitas das frases relacionadas, que as rádios comunitárias são consideradas instrumento de **luta contra** o poder de “padronização cultural” da mídia dominante, **contra** as mazelas da sociedade imiscuídas nas condições de vida das populações excluídas de bem-estar; e como meio de levar adiante a democratização da comunicação e da informação, pela oposição expressa, na “luta por audiência”, às rádios comerciais e ao controle estatal. Estas, legitimadas pelo governo brasileiro com o auxílio da controversa Lei 9.612/98, que institui o serviço de Radiodifusão Comunitária, monopolizam o *dial* e espremem o sinal das rádios livres/comunitárias numa grande faixa de ruídos – sonoros e políticos.

Fui apresentado por Daniela Martins a Farias: presidente de uma associação de moradores em Jacobina. O motivo de termos sido apresentados é que ele já teve experiência com rádios comunitárias e nos interessamos pelo assunto. Na ocasião, convidei-o para o Encontraponto sobre Rádios Comunitárias. O Encontraponto é um evento público que ocorre toda última quinta-feira do mês, produzido e idealizado pela COMUNGOS – conexões comunitárias, organização da sociedade civil (OSC) da qual sou membro. O objetivo desses eventos é tratar de temáticas relacionadas com o âmbito dos “trabalhos sociais e comunitários” - principalmente os do “terceiro setor” -, privilegiando temáticas amplas, que sirvam às trocas e atualizações das práticas dos que se envolvem com atividades sócio-comunitárias e educativas. O próximo Encontraponto funcionará como “grupo focal” para a temática das rádios comunitárias que venho pesquisando. Estarei apresentando um relato

acerca da primeira visita de uma semana que fiz à Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, e mostrando trechos de imagens filmadas com depoimentos dos “meninos da Casa Grande” e estes em ação na Casa Grande FM – “a rádio que educa”.

A conversa com Farias girou justamente entorno de uma questão repetitiva quando se vai estudar sobre rádios comunitárias: a má vontade política no que concerne às autorizações para funcionamento das rádios que entram com pedido de autorização junto ao Ministério das Comunicações. Farias relatava como os funcionários da ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) e da Polícia Federal chegaram para fechar uma rádio em Jacobina, portando armas pesadas, intimidando as pessoas das rádios, produzindo terror – procedimento que não foi privilégio da cidade de Jacobina, como mostra a notícia abaixo:

“Enquanto policiais federais poderiam se ocupar da corrupção do país, caçando traficantes e instigando a lavagem de dinheiro, eles estão sendo sistematicamente requisitados para fechar rádios comunitárias.” Nada de grandes novidades nessa declaração se ela fosse de um estudante de comunicação, líder de bairro ou político ligado à causa. Mas não. A frase está em um livro recém-lançado por Armando Coelho Neto, presidente da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal de São Paulo e membro da Interpol. A atitude da PF [Polícia Federal] está sendo questionada por um delegado da própria PF em “Rádio Comunitária Não é Crime” [...] Há três semanas nas prateleiras, a obra virou uma grande saia justa para a Polícia Federal e a Agência Nacional de Telecomunicações, responsável por fiscalizar o dial. Formado em direito pela Universidade Federal de Pernambuco e em jornalismo pela Universidade de SP, Coelho Neto conta no livro a origem das rádios comunitárias, faz uma análise jurídica dessas estações e critica a maneira como o governo trata a questão. “Fazem terrorismo dizendo que essas rádios são usadas por traficantes. Isso deve mesmo existir. Mas são exceções. A maioria tem um papel social importante. E o importante é que haja um amplo debate”, afirma Coelho Neto. A polêmica parece não ter fim. Mas esse novo capítulo vem em boa hora. Nesta semana, o Conselho de Comunicação Social, órgão consultivo do Congresso, decidiu fazer um estudo sobre o tema. É bom mesmo que tenham algo consistente a mostrar à turma que chega ao poder em janeiro. (Folha de São Paulo, 16/10/2002, Editoria Ilustrada, página: E2).

Eu acho que esse lance assim, de rádio comunitária, as pessoas chegando nesses lugar assim analisassem e vissem um pouco da programação da rádio. Fizessem um pouco isso. Porque tudo bem, existe a rádio pirata, num é legalizada. Mas se as pessoas que chegam tipo pra de repente lacrar um transmissor desses, pra levar o próprio transmissor, que é o que acontece, eu vejo as pessoas contando, se analisasse a programação da rádio mesmo... Mas os caras num querem saber não, chegam fechando... num existe uma pesquisa sobre isso [...] Vem pessoas aqui visitar e contam histórias [...] que

eles enfrentavam. Acho que foi pro lado da Bahia, ou era Pernambuco, os caras diziam que eles 'tavam na briga com esse lance, de os caras fechar a rádio, e eles funcionavam com o transmissor com corrente e cadeado nos transmissores pra os caras num arrancar, num levar. E tinha outros que funcionava em cima de prédio e quando viam eles chegando pegava o transmissor e saía pelo outro lado, corria com o transmissor pros caras num levar. (informação verbal⁸).

*Mas, e se passássemos a considerar a legitimidade das rádios comunitárias do ponto de vista do poder que cada agenciamento coletivo tem de **se autorizar** e resistir naquilo que lhe convém? E se tramássemos a isso uma “eticidade” dadivosa e uma convivência, na formulação de agenciamentos coletivos notáveis e ativos? Que forma de “governança” seria essa? Certamente, seriam outras as tensões instituinte-instituído que daí adviriam.*

Uma visita que veio aqui pra Casa Grande eles contaram também que tavam fazendo programa de rádio lá, aí a rádio é muito escutada, muito ouvida. Aí o pessoal chegaram pra lacrar o transmissor, pra levar o transmissor, a comunidade fechou lá: não leva, não leva e não leva. E parece que iam linchar os caras e foi obrigado o policiamento vim pegar os caras. (informação verbal⁹).

*Talvez o que diferencie nosso enfoque sobre as rádios comunitárias na pesquisa seja a maneira como definiremos “comunidade”, e, portanto, o “corte” que daremos ao objeto de pesquisa – que deixará de ser exterior à rádio e passará a nos interessar observar onde está o élan que constitui uma rádio comunitária como um ethos. Em outros termos, nos interessa perceber o que liga seus membros e os constitui como uma **comunidade**. De uma vez por todas: como e através do quê se estabelece seu pacto associativo.*

⁸ Alexandre, gerente da rádio Casa Grande FM.

⁹ *Idem.*

1.3 ENCONTROS QUE SUGERIRAM UMA “PESQUISA EMPÍRICA”

Bastante envolvido com o ambiente educacional na FACED e, mais especificamente, com o grupo de pesquisa, cotidianamente pensava sobre Educação. Todos os dias, depois das aulas em São Lázaro¹⁰, caminhava até a FACED para estudar e/ou desenvolver alguma atividade que estivesse sendo demandada no grupo. Foi nesse ambiente que conheci duas personalidades fundamentais para a empreita dessa pesquisa.

As primeiras vezes que vi professor Felipe Perret Serpa¹¹ pelos corredores da FACED chamava a minha atenção sua longa barba grisalha, pois atualizava em mim o imaginário do sábio e do profeta, assim como via nas gravuras dos livros bíblicos que fizeram parte da minha infância religiosa: os profetas eram ilustrados sempre como homens com longas barbas brancas, sendo sempre sábias suas palavras. Durante muito tempo passei pelo professor Felipe e o observava o quanto podia, enquanto conversava entusiasmadamente com alguém – e não era raro que estivesse pelos corredores, conversando, e sempre com entusiasmo. Afinal, quem seria? Para meu contentamento pude conhecê-lo e convivemos proximamente durante quatro anos, de 1999 a 2003. Envolvevemo-nos principalmente entorno da relação Universidade-Comunidade, no sentido da **relação do mundo acadêmico com outras formas de vida** que não convivem com a academia. Esta foi uma preocupação reiterada do professor Felipe, que culminou com uma proposta de extensão universitária que recolocava a relação professor-aluno, bem como a relação da própria Universidade com as comunidades com as quais interagia. O “Universitas” foi uma idéia-desdobramento do “UFBA EM CAMPO”, um Programa de Extensão Universitária, iniciado em 1997, através da

¹⁰ Nome do bairro onde se situa a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), que é o campus do curso de Psicologia da UFBA. Os “nativos” de FFCH costumam chamar o campus pelo nome do bairro.

¹¹ Professor Felipe Serpa veio a falecer em novembro de 2003, vítima de um infarto, em plena atividade acadêmica.

Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Bahia, também idealizado pelo professor Felipe, e que propunha relacionar o Ensino e a Pesquisa.

Inicialmente o programa denominou-se UFBA EM CAMPO, onde grupos de estudantes de diferentes cursos propunham projetos de trabalhos em comunidades, que eram desenvolvidos sob a coordenação de professores. Esse processo, em um determinado momento, passou a se iniciar com propostas de professores, que selecionavam estudantes de diferentes cursos a partir de um diálogo promovido pela Pró-Reitoria de Extensão, onde ambas as partes convergiam para desenvolver o projeto. (SERPA, 2004, p. 215).

Devido ao sucesso do programa o “UFBA EM CAMPO” foi transformado numa disciplina optativa e entrou para os currículos de graduação de todos os cursos como “Atividade Curricular em Comunidade” (ACC). Durante o “UFBA EM CAMPO” participei ao longo de três semestres de um projeto chamado “Siribãocapinha: entre a montanha e o manguezal”, coordenado pelo professor Wilson Senne (do Departamento de Psicologia), e acompanhei as nuances transformativas do programa até a oferta como “ACC”. Passando à disciplina curricular o espírito do “UFBA EM CAMPO” se arrefeceu, pois, entre outras interpretações possíveis, reforçou-se a “função-aluno”, isto é, de um modo geral, o envolvimento se dava a partir dos professores, que ofereciam uma disciplina e o aluno se matriculava; e por outro lado, ao invés de pensar a extensão universitária como um “entre-lugar” de convivência da Universidade com outras comunidades, como queria Felipe, boa parte dos professores entendiam extensão como prestação de serviços, fruto de uma má-consciência acadêmica para com a sociedade (a velha fórmula, decerto verdadeira: a universidade pública precisa “devolver” à sociedade aquilo que ela investe na formação acadêmica através dos impostos). Foi nesse contexto que professor Felipe propôs o “Universitas”, como um aprofundamento ainda mais arrojado do “UFBA EM CAMPO”, pois agora os alunos coordenariam e convidariam os professores.

Para mergulhar nas raízes da gênese da Universidade, a UFBA pode criar um programa em seqüência à ACC, desenvolvido pelos estudantes oriundos da ACC que desenvolveriam estudos e projetos, individuais ou coletivos, decorrentes de suas experiências em ACC. O Universitas seria formado pelo

conjunto dos estudos e projetos estudantis, constituindo-se em uma Oficina, coordenada pelos estudantes, onde para cada estudo ou projeto, o estudante ou grupo de estudantes convidaria um professor para ser o interlocutor, o que caracterizaria o Universitas atual.

A UFBA providenciaria um espaço ambiente-oficina, equipado com todos os recursos multimidiáticos (computadores, equipamento de áudio e de vídeo), que seriam geridos pelo Universitas, ou seja, pelos estudantes. (SERPA, 2004, p. 217).

Praticamente todos os dias da semana nos encontrávamos em sua sala na Faculdade de Educação, que passou a ser chamada de “Tenda do Pajé” - como dizia o letreiro na porta. Insígnia bastante oportuna para o “espaço sagrado” da FACED, que se compunha decorativamente com uma bricolagem de elementos da cultura do Recôncavo¹², e onde habitava um sensível educador, um pajé por vocação – eis outro mestre a marcar minha formação. Conversávamos muito acerca da relação da academia com outras esferas culturais onde habitam “formas de vida que a universidade não ensina”, como ele dizia. Desse convívio nasceu entre nós um interesse recíproco, que teve seu auge compartilhado quando entrei para o Mestrado e professor Felipe aceitou ser meu Orientador. Ele ficou muito animado com a idéia de realizar a pesquisa numa Fundação que, além de se encontrar numa cidade fora dos grandes centros urbanos, funcionava com crianças à frente da produção e do funcionamento do espaço. Felipe Serpa veio a falecer em novembro de 2003, em plena efervescência intelectual, quando lecionava uma disciplina “experimental” intitulada “U-tópicos: Universidade, Nação e Solidariedade”, que tinha a seguinte ementa: “Seminários voltados para o acompanhamento teórico e vivencial de diálogos envolvendo protagonistas acadêmicos diversos – *lato sensu*: oriundos da academia, da vida em comunidade ou de literaturas pertinentes – problematizando a incidência da idéia de ‘Nação’ sobre o conceito de ‘Universidade’ no Brasil, especialmente da perspectiva da produção de conhecimento relevante no que tange à construção de sociabilidade, de pertencimento, ou seja, da sensação

¹² O Recôncavo é uma região das mais influentes na composição das diversas expressões culturais do estado da Bahia. Ali, numa cidadela chamada Santiago do Iguape, Felipe desenvolvia com um grupo de alunos, pessoas da comunidade e outros educadores, o projeto Paraguaçu, projeto de convivência Universidade-Comunidade. O Projeto Paraguaçu continua sendo tocado por seus remanescentes.

de ‘estar juntos’ tanto no plano simbólico como na esfera problemática do cotidiano e de suas necessidades (p. ex., a fome)”.

Quem me falou pela primeira vez da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri foi Cláudio Costa Pinto¹³, à época doutorando na FAGED. Tínhamos nos aproximado bastante por conta de um projeto que começava a se desenvolver na FAGED e que tinha Cláudio como figura fundamental, o “Conexões”. A maneira generosa como Cláudio articulava os indivíduos e as instituições, através da metodologia posta em prática (que consistia em visitar as localidades onde se desenvolveria o projeto e trazer de volta relatos e fotografias que focavam o “mundo da vida”, mostrando de maneira adequada como funcionavam aqueles contextos culturais), foi uma das coisas que me chamou a atenção e fizeram com que me envolvesse com o projeto. Sabendo de meu interesse em estudar a experiência das rádios comunitárias como espaço de aprendizagem e resistência cultural, Cláudio lembrou de uma reportagem que havia lido no jornal Folha de São Paulo acerca de uma Fundação no interior do Ceará onde as crianças “faziam tudo”, inclusive a produção de programas numa rádio comunitária. Ele procurou e encontrou a data do jornal. Quando li a reportagem de Ricardo Kotscho “Crianças na Direção”¹⁴ fiquei absolutamente interessado em conhecer aquilo. Logo no início Kotscho se referia à Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri como sendo “um pequeno império de arte e comunicação” onde “tudo é tocado por 70 crianças e adolescentes da cidade, artistas multimídia com idades que vão dos três aos 18 anos”. Ora, muitos de nós, ligados com questões educacionais, onde o lugar-comum tem sido a evasão escolar e a falta de interesse, aliados às dificuldades dos professores em “prender” a atenção dos alunos, ficaria tentado a conhecer uma experiência como essa. De minha parte fiquei logo interessado em saber por quais meios se conseguia tanto envolvimento e responsabilidade com jovens e crianças convivendo sem a presença de

¹³ Logo depois Cláudio veio a falecer.

¹⁴ Folha de São Paulo, 11/07/2001.

adultos.

Ademais, a Fundação estava no Ceará, donde lembranças e reminiscências de certo estilo cearense no qual fui curtido durante os vinte anos que lá vivi me dão enorme satisfação em rememorar: as casas com alpendre e telhado colonial; as redes enroladas aos armadores; as cacimbas; a irreverência bem humorada das pessoas, reconhecida localmente como “fuleragem”; sua inclinação “congénita” para a lábria... Enfim, todo um sentimento topográfico-amoroso que fabricava um interesse imediato às coisas que aconteciam naqueles arrabaldes da geografia existencial. Ou seja, ao interesse “intelectual” ligou-se uma inclinação “afetiva”.

Havia pouco tempo amigas que também faziam parte da COMUNGOS haviam requerido uma “bolsa de aperfeiçoamento” para um intercâmbio institucional entre a COMUNGOS e o Instituto Terramar¹⁵. Procurei mais informações acerca de como tinham viabilizado o intercâmbio e também enviei um pedido de bolsa ao Programa Natureza e Sociedade, gerido pela WWF (World Wild Fund) / IIEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil), para conhecer a Fundação. Fui selecionado e então fiz a primeira visita à Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, na cidade de Nova Olinda, meses antes de entrar para o Mestrado, ficando lá por seis dias¹⁶.

¹⁵ Organização não-governamental sediada em Fortaleza-CE, que tem como missão o desenvolvimento sustentável de comunidades litorâneas cearenses, com trabalhos nas áreas de políticas públicas, turismo de base comunitária, tecnologias alternativas, gênero, educação, educação ambiental etc.

¹⁶ O relatório da viagem em forma de “diário de campo” que fiz para a WWF/IIEB, intitulado “Caderneta de *Blogs* e Fantasias Minerais”, foi um dos elementos que nos deu respaldo para acessar um de nossos “informantes” privilegiados na pesquisa, o presidente e co-idealizador da Fundação Casa Grande, Alembert Quindins. Segundo ele, pela forma “romanceada” do relatório, foi uma das poucas coisas que leu das inúmeras que já escreveram sobre a Fundação. Ressaltou que normalmente os universitários que lá visitam escrevem sobre a Fundação para respaldarem o que dizem os autores, e a experiência da Fundação acaba sendo uma nota de rodapé.

1.4 CERTEZAS DEMAIS

Quando retornei, estava certo: seria lá mesmo o lugar para desenvolver a pesquisa. Pois, se a experiência das rádios comunitárias como aprendizagem e resistência cultural, como dizia o subtítulo do Projeto de Mestrado, era o que interessava, estava com a “faca e o queijo” à mão. A rádio comunitária Casa Grande FM nos parecia levar em conta tanto a cultura local enraizada quanto a **transmissão** dessa cultura no tempo: uma “escola de comunicação” (espaço de aprendizagem) que partia da pré-história da comunicação dos índios Kariri (fundadores culturais da região), qual ponta de lança nas raízes do tempo atual, onde faziam resistir sua memória ancestral.

Durante os seis dias que ali estive, interpretaria a rádio Casa Grande FM como um agenciamento coletivo que estaria construindo um modo próprio de subjetivação, e que seria razão suficiente para uma resistência cultural às interferências globais. Percebendo-a como um território existencial criativo, com universos de referência próprios, comecei indagando como se efetivaria (se assim fosse) o potencial de desterritorialização da semiótica perceptiva, isto é, que variabilidades poderiam imprimir na maneira usual de fazer e ouvir rádio, e que efeitos isso teria numa comunidade de ouvintes-emissores.

Quando escrevi o Projeto de Mestrado a idéia inicial seria descrever os “processos de singularização” nesse agenciamento, isto é, os modos de funcionamento que faziam da Casa Grande FM um dispositivo propiciador de *outros* “sistemas de sensibilidade” (GUATTARI, 1986, p. 67). Nesse sentido, considerava a rádio como um “agenciamento de expressão” que poderia engendrar significativas experimentações de territórios estético-existenciais, até então

virtuais (pré-insistentes)¹⁷.

Estava certo que a existência de uma rádio comunitária numa pequena localidade como Nova Olinda significaria um benefício direto e incontestável: a existência de um dispositivo de subjetivação que **serviria aos moradores locais**, sendo por eles co-gerido. O que pressupunha era que, numa “sociedade de informação”, estar em posse de uma rádio comunitária significaria possuir os meios para garantir a produção e difusão de mensagens num espectro de razoável abrangência, o que seria uma vantagem, e uma potência - democratização da produção e difusão da comunicação, meio de expressão, espaço multirreferencial de aprendizagem, campo micropolítico de experimentação... Numa sociedade em que a subjetividade coletiva – por mais etérea que possa parecer – é composta pelas mensagens midiáticas (que mediatizam o universo simbólico coletivo constituindo representações hiper-reais), e onde o mundo é produzido cotidianamente pelas informações e identidades que podem ser consumidas, parecia valoroso encontrar um meio de produção/difusão onde crianças e jovens passavam de consumidores a *prosumidores*¹⁸ (produtores+consumidores). Considerando ainda, como vimos anteriormente, que há alguma padronização das rádios comerciais de par com uma “cultura de massa”, mais outro motivo para estar atento àquele dispositivo comunitário de radiodifusão, que garantiria a difusão de linguagem e conteúdo singulares. Se a “sociedade planetária” pressupunha o fortalecimento local das diferenças e da heterogeneidade existencial de seus habitantes, e o estabelecimento de conexões com o mundo, um meio de comunicação comunitário como aquele nos parecia um modo eficaz de uma produção singular espriar-se e adquirir maior amplitude, logo, efetivando uma resistência cultural positiva para a localidade, ultrapassando seus limites

¹⁷ Nota-se que os termos utilizados se afinam com determinada “linha de pensamento” (pós-estruturalista, baseada, basicamente, nos textos de Félix Guattari e Gilles Deleuze) e que há certa imprecisão quanto ao objeto de pesquisa – características daquele momento inicial do Mestrado.

¹⁸ Este neologismo é de autoria do Instituto Banco Palmas, com sede no conjunto Palmeiras, em Fortaleza, Ceará, para se referir, no âmbito da “economia solidária”, ao caráter produtivo de qualquer indivíduo.

territoriais.

Observei ainda que o fato de serem os próprios meninos e meninas seus produtores e locutores, imprimindo à “paisagem sonora” (SCHAFER, 2001) local o sotaque e o vocabulário de sua linguagem cotidiana, poderia facilitar a interação comunicativa com os ouvintes. Ao mesmo tempo, pela emissão de novos estilos musicais que os ouvintes não estão acostumados, a rádio estaria provocando e insistindo numa reconfiguração da paisagem sonora habitual.

*Da primeira vez que estive na Fundação o que mais chamou atenção, além das crianças e jovens fazendo tudo numa espécie de servidão voluntária, foi a “qualidade” musical (ou, pelo menos, minha identificação cultural com os estilos de música que ali se veiculavam) e a variedade de estilos musicais selecionados. Era como um sonho: passar pelas casas na rua e ouvi-las exalando músicas pouco prováveis: como numa noite, subindo da mercearia de seu Quilique, que faz aquele “pão pesado do interior”, com o ar frio da noite e as pessoas nas portas das casas, sob a sombra dos Ficos à luz dos postes, ouvir os entalhes melódicos semi-áridos nos acordes de Bob Dylan. E isso – a fruição estética - fazia (e faz) toda a diferença, e parecia cumprir um papel fundamental na composição da “cidadania”: a ampliação do espectro estético-musical funciona como uma ampliação do horizonte cultural; a rádio **local** tinha um dial **global**, o que vem propiciando uma desenvoltura cultural cosmopolita nos jovens autóctones.*

E o fato das pessoas que escutam a rádio estabelecerem uma relação carinhosa com a rádio, por saberem que são “suas” crianças que estão ali aprendendo e dando o melhor de si, parecia significar que havia uma zona de inter-locação entre locutores e ouvintes, tornando os dois “pólos” inter-ativos na constituição de uma “comunidade acústica” (SCHAFER, 2001).

Além de todos esses motivos havia também os efeitos produzidos naqueles que constituíam o corpo técnico da rádio, no aprendizado ético-estético da existência con-vivente,

no aprendizado musical, das técnicas, da disciplina, enfim, na possibilidade de experimentarem um espaço micropolítico de (auto)formação para a Vida.

Enfim, como já se pode supor, tudo parecia confluir harmonicamente para a confirmação de minhas “prenoções”, que estavam prestes a dominar o espírito e se substituir às coisas, tanto era a minha empolgação. Recordo quando enviei a um amigo, Wilson, o projeto de Mestrado que havia escrito, embalado pela empolgação da primeira visita à Fundação, e ele respondeu:

Quando li teu e-mail “produção de subjetividade” tive primeiro vontade de assinalar que você parece estar diante da rádio Casa Grande como eu me encontrava diante do “coletivo” que iria se chamar Comungos, ou seja, diante de uma experiência interessante de um lado e da terminologia e topologia interessantes de Deleuze de outro. Primeiro impulso: ligar coisa e outra, descrever (narrar) os acontecimentos que estava vi-vendo numa linguagem deleuziana. Você diz que vai “tratar a rádio...”, “percebê-la como...”, “sacar processos...”, “caracterizar a rádio”... Eu me perguntava: mas será que só isso dá caldo? Não vou encontrar tudo que estou querendo? “Onde está então o trabalho do texto sobre si mesmo, onde estão as contradições, onde está a sua infelicidade?”. (Barthes). Você também disse que ia descrever a rádio Casa Grande (de tal ou tal jeito) “...em vez de tomar [as coisas] pelo ponto de vista reativo...”, “fugindo da coisificação da cultura...” (ou seja, muito provavelmente exaltar como lá na Casa Grande as coisas são diferentes dessa mesmice..., como o singular se opõe ao genérico, a heterogeneidade das localidades resiste ao furor macdonaldizante da globalidade, a multiplicidade...etc). Lembrei Wittgenstein, nas *Investigações*: “437. O desejo parece já saber o que o satisfaz ou satisfaria; a frase, os pensamentos parecem saber o que os torna verdadeiros, mesmo quando isto não está presente! De onde vem esse ‘determinar’ daquilo que ainda não existe? Essa exigência despótica? (A força do ‘deve’ lógico)”. 438. “O plano é, enquanto plano, algo insatisfatório”.



Figura 1 – Programa Submarino Amarelo



Figura 2 – Programa Submarino Amarelo: Raiane



Figura 3 – Programa Som da Rua: Tontonho (Jacira auxiliando)

2 ACASO: REORIENTAÇÃO DA TRAJETÓRIA DE PESQUISA

A decepção é um momento fundamental da busca ou do aprendizado: em cada campo de signos ficamos decepcionados quando o objeto não nos revela o segredo que esperávamos. (...) Como, em cada caso, remediar a decepção?
(Gilles Deleuze).

Quando retornei à Fundação Casa Grande, dois anos depois, já para realizar a pesquisa, e revisitei a rádio “comunitária” Casa Grande FM, não (re)encontrei o que pensei ter visto (e vi, com **aqueles** olhos) da primeira vez. Ora, se de um ponto de vista, o caráter comunitário de uma rádio supõe uma “participação profunda” entre seus membros, relações permanentes e preexistentes, com a tradição e os laços afetivos realçando contra as relações “contratuais” (uma rádio “verdadeiramente” comunitária acontece na atualização dessa “comunidade virtual”); por outro lado, a história do movimento de rádios comunitárias, como fizemos acima, faz-nos esperar que seus membros componham um *ativismo* que se ocupe dos problemas locais. Imaginamos, por exemplo, programas de utilidade pública, com interferência do ouvinte na programação, que realcem a importância de exercer a cidadania e ajudem os ouvintes nisso divulgando direitos e deveres constitucionais, denunciando desigualdades, cobrando das autoridades, mantendo o “cidadão” informado. Enfim, o “comunitário” na Fundação deveria significar uma *inserção* no seu entorno como *ação social* que pudesse envolver outros moradores locais em questões pertinentes e comuns, a despeito de participarem como membros da Fundação. Mas não foi isso que encontramos.

O ativismo para angariar a “audiência da cidadania” que as rádios comunitárias encampam como necessário, não fazia eco com aquilo que percebia na Fundação. Enquanto estive lá um acontecimento corroborou com a idéia de que a Casa Grande FM **não é uma rádio comunitária** - ao menos como são caracterizadas nos manuais da militância.

As chuvas não param. Pelas ruas é o que mais se fala. Há pessoas que não dormem faz vários dias, com medo que sua casa caia. Em muitas casas mina água por debaixo da parede e se amanhece com água pelas canelas. Há o medo que o açude da Tatajuba estoure, pois, se isso acontecer, dizem, metade da cidade de Nova Olinda será inundada, vindo água até a Igreja de São Sebastião. O rio Kariús está transbordando e derrubou a ponte de ferro.

As aulas foram suspensas até março, pois a maior parte dos alunos vem de sítios vizinhos e, com as chuvas, estão impossibilitados de chegar à cidade. Estamos ilhados. Com mais a chuva desta noite a estrada que dá acesso à Nova Olinda, no sentido Crato-Nova Olinda, rompeu próximo à entrada da cidade, numa baixada onde empoça um pequeno açude. Um carro foi arrastado, mas a notícia é que ninguém se machucou.

Fomos até onde a estrada cedeu: eu, Luciana, Mêires, João Paulo, Alexandre e Miguel. Muitas pessoas observando os estragos. Dois policiais procuravam evitar que curiosos, como nós, chegassem até à beira do deslizamento. Caminhões que traziam frutas, verduras e outros mantimentos estão parados antes da cratera que se formou, do lado oposto à cidade. Homens, jovens e velhos, se oferecem para carregar os enormes sacos e caixas por alguns trocados.

Nesse período de chuvas algumas pessoas ficam fora de casa o dia todo, com medo de desabamento.

O Banco do Brasil, que normalmente funciona de 9 às 12 horas, hoje abriu mais de 11 e fechou às 13.

Aqui na Fundação as goteiras empoçaram algumas salas. No alojamento que estamos hospedados trepamos as nossas coisas nos beliches para nos precaver de uma possível entrada de água devido à enxurrada, pois os esgotamentos não conseguem dar vazão ao grande volume.

Por acaso, assistindo televisão na padaria, vimos que a notícia de que o açude Orós,

segundo maior do Ceará, está sangrando depois de 14 anos, divide os estados de ânimo, pois, apesar da felicidade com a fartura de água que dá para garantir o abastecimento anual do Estado, sabe-se também que muitos açudes menores já estouraram, causando grandes estragos pelo sertão afora.

Toda informação de fora da Casa Grande nos chega de boca em boca. Praticamente não assistimos TV, nem lemos jornal, e a única rádio da cidade – a Casa Grande FM – não noticia absolutamente nada que acontece além dos “muros” da Fundação, apesar de dentro da Fundação o assunto ser o mesmo da cidade em volta. Às vezes tenho impressão de que podemos ser pegos de surpresa por algum acontecimento bombástico a qualquer momento. Estamos duplamente ilhados.

Apesar da situação calamitosa descrita no diário de campo nenhuma palavra a respeito foi pronunciada na rádio Casa Grande FM. Fiquei incomodado e perplexo. Na primeira oportunidade fiz questão de pontuar. Foi numa palestra aos meninos e meninas da Casa Grande sobre “Antropologia Visual”, no Teatro Violeta Arraes – Engenho de Artes Cênicas, que faz parte da Fundação¹⁹. A idéia era tratar de um tema que muito me instigava e que tinha tudo a ver com o que experimentava recentemente: a etnografia visual dos entornos.

Fiz uma especialização na Oficina de Cinema e História da Universidade Federal da Bahia onde a área temática tratava dos “potenciais da imagem nas ciências humanas”. A monografia que defendi se intitulava: “A potência do falso nas imagens: cacoc introdutórios para uma etnografia visual experimental”. A questão central que me movia naquele momento era atravessar a dicotomia realidade *versus* ficção na produção fílmica etnográfica. Consegui fazê-lo em termos teóricos, mas, e essa foi uma crítica que recebi da banca, não mostrei com imagens o que estava dizendo. Tempos depois, quando comecei a fotografar com máquina digital e pude experimentar à vontade ângulos e aproximações, comecei a realizar o que

¹⁹ O Teatro Violeta Arraes é o primeiro e único teatro de Nova Olinda, inaugurado a 19 de Dezembro de 2002, com a presença, entre outras, do cantor e compositor Arnaldo Antunes.

denominei “Etnografia Visual dos Entornos”. Eram séries de fotos que procuravam grafar, com imagens e áudio, as formas que estão em nosso cotidiano, elevando-as, por assim dizer, esteticamente através de seu deslocamento contextual, perseguindo o efeito de reencantamento do cotidiano. Percebia que quando as “pequenas” coisas que estão ao nosso redor ganham o estatuto de imagem, isto é, ficam prontas à exibição, o detalhe, as visões comuns de todos os dias, se alteram e alteram nossa percepção, logo, o significado que doamos às coisas. Ao mesmo tempo, essa curiosidade estética permitia alcançar um conhecimento acerca do modo de vida que o sistema dos objetos evoca. Como um retorno aos tempos de infância, quando ia de casa em casa “pregar a palavra de Deus”, os arranjos dos objetos no interior das casas me interessavam, e fotografei várias séries de fotos denominadas “Interiores Singelos”. Uma das inspirações para esse tipo de etnografia vinha de um questionamento acerca do “objeto” etnográfico, geralmente procurado alhures, em geral num lugar ex-ótico; e uma desconfiança quanto às motivações das expedições etnográficas. Perguntava-me acerca da legitimidade da etnografia que vai a lugares longínquos para poder retornar à própria cultura com o horizonte ampliado e o fôlego refeito, com a sensação objetiva de ter conhecido uma cultura “distante” e obscura, “primitiva” e exótica, que agora, catalogada e descrita, pode ser rerepresentada ao “mundo desencantado”.

Foi com entusiasmo que vi tardiamente minha questão exposta de modo claro e desconcertante num livro clássico, maravilhoso e encantador, “Tristes Trópicos”, do antropólogo Claude Lévi-Strauss.

Mas o problema persiste: como o etnógrafo pode escapar da contradição que resulta das circunstâncias de sua escolha? Tem diante dos olhos, tem à sua disposição uma sociedade: a sua; por que resolve menosprezá-la e reservar a outras sociedades – escolhidas entre as mais longínquas e as mais diferentes – uma paciência e uma dedicação que sua determinação recusa aos compatriotas? [...] Geralmente subversivo entre os seus e em estado de rebelião contra os costumes tradicionais, o etnógrafo mostra-se respeitoso, beirando o conservadorismo, desde que a sociedade estudada se revele diferente da sua. (STRAUSS, 1996, p. 362).

Encontrava a inspiração metodológica do trabalho acima referido nas considerações de

Peter McLaren a respeito do etnógrafo urbano em sua *flânerie*, como “um estranho que está dentro [...] caminhando tranquilo pela cidade, flanando sem intento algum, lânguido, ainda que secretamente vigilante” (2000, p. 84-87). O *flâneur* seria como um investigador da vida na rua, um “observador situado”, engajado num “discernimento dos prazeres sutis da vida urbana - um tipo de consumo do ambiente urbano do pedestre”, como aquele que procura também “narrar as conexões entre as várias partes da cidade”.

O que me encantou nessa perspectiva (a despeito de um *flâneur* “à brasileira” nem sempre se dar ao luxo de uma despreocupação, pois sua disposição acaba sendo mais “engajada” quando anda pela cidade) foi o paradoxo de ser um estrangeiro-nativo disposto a traçar uma “geografia existencial” (McLAREN, 2000) interessada e atenta à “pertinência do detalhe”, efeito de uma sensibilidade aguçada para o cotidiano, para os entornos da vida comum, para o humano nas coisas, onde se encontram os vestígios da cultura viva, da tradição em movimento. Foi a descoberta de que não há “fora” que, tendo-se sabido, já não esteja “dentro” e reorganizado num sistema lógico com o qual nos habituamos - o cotidiano. Dito de outro modo, não havendo nada fora do Hábito o mais importante é o mais próximo.

O hábito é o acordo efetuado entre o indivíduo e seu meio, ou entre o indivíduo e suas próprias excentricidades orgânicas, a garantia de uma fosca inviolabilidade, o pára-raios de sua existência. O hábito é o lastro que acorrenta o cão a seu vômito. Respirar é um hábito. A vida é um hábito. (BECKETT, 2003, p. 17).

E foi esse o teor da palestra para os meninos e meninas da Casa Grande: onde está, nos programas de rádio, nas produções audiovisuais, na música etc., o entorno de seu cotidiano, o *estilo* local? Dias depois da palestra ensinamos alguns interessados a fotografar com nossa máquina digital e chegamos a fazer uma oficina de etnografia visual indo à feira e tirando fotos dos semblantes das pessoas, das barracas, dos objetos, num exercício de percepção visual interessada nas particularidades e contingências locais, ou nas convergências do local com o global. Além dessa experimentação, aproveitamos um espetáculo teatral que passou por lá para fotografarmos os rostos de quem chegava à bilheteria, com a ajuda de Aureliano e

mais outros que não lembro agora, e depois projetarmos no telão antes da sessão. A idéia era mostrar como tinha um efeito interessante para os próprios moradores se verem e verem as coisas de seu cotidiano como que elevados a um estatuto estético-artístico pelo simples fato de serem retirados do cotidiano e recolocados em fotografias projetadas num telão.

Tanto a oficina quanto a palestra procuraram apontar para o afastamento da rádio Casa Grande FM, naquele momento, quanto ao seu entorno. Tal afastamento parecia descaracterizar o caráter *comunitário* da rádio, levando-me a perguntar se ela não seria uma rádio *educativa*. Em todo caso, parecia haver uma dificuldade em delimitar com clareza e caracterizar o contraste entre as naturezas dos dispositivos. Pois, no caso de uma rádio como a Casa Grande FM, que é gerenciada e produzida por crianças e jovens da própria localidade, isto já não mostra o exercício de sua função comunitária? Ao mesmo tempo, não haverá sempre uma função “educativa” numa rádio comunitária, e vice-versa?

Semanas depois, numa das conversas com Alemberg, ele corroborou com a idéia de que a Casa Grande FM *funciona* como rádio educativa.

Eu acho que o perfil da nossa rádio não é comunitária, é educativa. Porque eu acho que a rádio comunitária é aquela: caiu a ponte aquela hora foi lá e falou. Então aquela coisa mais do ti-i-ti-ti da cidade. A nossa rádio, a proposta dela, é de educar, e de educar através de uma grade musical, da diversidade musical, é de educar quem tá dentro da rádio fazendo programa de rádio. A viabilidade de vir uma pessoa dar uma oficina pra ele e de ele repassar aquela boa nova que ele aprendeu já no ar. Então o perfil de nossa rádio é de uma rádio educativa, é essa a nossa batalha pra ser uma rádio educativa. Nós temos mais o perfil de uma rádio educativa que de uma comunitária. Mas o que nós estamos tendo no momento é a condição de ser uma rádio comunitária, pra trabalhar o caráter educativo. Mas se você observar a rádio ela trabalha mais com a função educativa que até mesmo com a função comunitária. Quando você diz que o que tava mais se falando era a cheia e na rádio não se falava nada, é uma prova disso [...] que a rádio tem, que ela procura ser uma rádio educativa. (informação verbal²⁰).

A gente já tem uma programação educativa. Com essa proposta aí da rádio comunitária passando pra educativa, aí também a gente vem operar em Kilo [*hertz*], né? A gente vem aumentar mais a potência da rádio, aí vem abranger mais município aqui no Cariri [...] Pela minha compreensão seria assim o que na verdade a gente já faz: o objetivo maior centralizado seria

²⁰ Todas as “informações verbais” dos membros da Casa Grande utilizadas neste texto foram transcritas das entrevistas semi-estruturadas realizadas em vídeo.

educar, que é o que a gente já faz, e eu acho que é mais centralizado na educação mesmo. (informação verbal²¹).

E o que seria o “educativo”? De que modo essa função se realiza? A conversa prossegue.

Essa rádio comunitária do dia-a-dia é uma coisa mais que marcou época, como aquele jogo que tu viu irradiado lá. Eu acho que o nosso perfil ele é mais da educação através da música, através da grade de programas. Eu acredito no potencial da infância, e o menino já diz *eu faço*, eu faço. Um menino, como tem aqui, de 12 anos de idade - porque com 12 anos de idade eu passava despercebido pelos adultos, passava despercebido [...] Não tinha voz nem vez na comunidade. Nenhum ato meu influenciou a comunidade, influenciou só um grupo de crianças. Mas o ato de uma criança aqui influencia a comunidade porque ele existe dentro da comunidade, ele existe. Então isso aí é que é educativo, isso aí é que é revolucionário. Num é, vamos dizer assim, a gente ter uma... aconteceu que caiu a ponte na mesma hora a rádio diz que caiu a ponte. A nossa ponte é outra, tá entendendo? Então uma vez, tem um grupo aí no Juazeiro, de religioso que tem lá, que ele chama num sei o quê da Barquinha, que eles andam numa barquinha, numa carroça, e tem cabelo grande e tem toda uma coisa lá... E uma menina foi entrevistar ele e perguntou se ele vivia de quê, se ele vivia de roça, e ele disse que vivia, e onde era a roça dele, e ele disse a roça minha é no mundo, né. Então essa é minha roça. Então no caso da rádio eu vejo assim que a ponte é isso, e isso, a história é o milagre de Milão (tem aquele filme Milagre de Milão do... Vitório de Sica). O milagre é justamente isso, ele tá fazendo. E com aquela idade ele tá fazendo, ele influencia a comunidade com o fazer dele, independente se a comunidade, vamos dizer assim, se ele tem aquentinha da hora [...] Então eu vejo isso, que nosso perfil é de uma rádio educativa, não é de uma rádio comunitária. O que a gente faz dentro de uma “rádio comunitária” é uma rádio educativa, tanto pra quem tá dentro do estúdio como pra quem tá ouvindo. (informação verbal²²).

²¹ Alexandre.

²² Alemberg.